

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
<p><b>Despacho</b></p>	<p>NP: x7jbiryv <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 07/03/2024 Indicação nº 875/2024 Protocolo nº 1678/2024</p>	
<p><b>Autor:</b> Dep. Júlio Campos</p>		

**Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Porto Esperidião, com cópia ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Saúde de Porto Esperidião, a necessidade de reforço e fortalecimento das medidas de prevenção e combate dos focos de mosquito da dengue, em razão do aumento preocupante dos casos em Mato Grosso, no mês de fevereiro, provocado com a chegada do período chuvoso.**

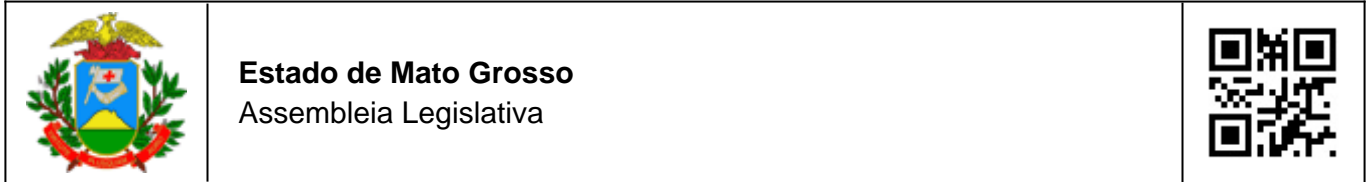
Nos termos do Artigo 160 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro a Mesa Diretora, após ouvido o soberano plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Porto Esperidião Martins Dias de Oliveira, com cópia ao Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal de Saúde de Porto Esperidião Alfeu Mussolini, a necessidade de reforço e fortalecimento das medidas de prevenção e combate dos focos de mosquito da dengue no município de Porto Esperidião, em razão do aumento de 121% dos casos em Mato Grosso, no início deste mês de fevereiro, com a chegada do período chuvoso.

## JUSTIFICATIVA

Trata-se de Proposta Legislativa, na modalidade de Indicação, para solicitar a necessidade de reforço e fortalecimento das medidas de prevenção e combate dos focos de mosquito da dengue no município de Porto Esperidião, em razão do aumento de 121% dos casos em Mato Grosso, no início deste mês de fevereiro, com a chegada do período chuvoso, que gerou um aumento na proliferação dos criadouros do mosquito *Aedes Aegypti*.

Conforme o Informe Epidemiológico nº 17 da Superintendência de Vigilância em Saúde Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica, do Estado de Mato Grosso, o número de óbitos confirmados pela dengue em 2023 foram 21, até a publicação do mesmo, 2 pessoas a mais do que o período inteiro de 2022.

Nesse sentido, o referido pedido visa uma efetiva promoção da saúde, direito fundamental



garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Pelo exposto, espero pela aprovação da presente indicação pelo Plenário desta Casa de Leis e posterior atendimento pelo Poder Executivo.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 21 de Fevereiro de 2024

**Júlio Campos**  
Deputado Estadual